



UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DOMINGOS CARDOSO DE SOUZA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: perspectiva da educação especial e inclusiva de pessoas com deficiências a partir das reflexões realizadas na escola Castro Alves.

**Marabá – PA
2019**



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DO CAMPO**

DOMINGOS CARDOSO DE SOUZA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: perspectiva da educação especial e inclusiva de pessoas com deficiências a partir das reflexões realizadas na escola Castro Alves.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação do Campo do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, para obtenção do grau de graduado em Educação do Campo, com ênfase em Ciências Agrárias da Natureza.
Orientadora: Prof^ª. Dr^ª Maria Neuza da Silva Oliveira.

**Marabá – PA
2019**

DOMINGOS CARDOSO DE SOUZA

EDUCAÇÃO DO CAMPO: perspectiva da educação especial e inclusiva de pessoas com deficiências a partir das reflexões realizadas na escola Castro Alves.

Data da avaliação: _____ de _____ de _____

Banca Examinadora

Orientadora (Presidente): Maria Neuza da Silva Oliveira
Titulação: Doutora
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/FECAMPO-ICH

Membro: Amintas Lopes da Silva Junior
Titulação: Mestre
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/FECAMPO-ICH

Membro: Edmara Ferreira Santos
Titulação: Doutora
Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará/FECAMPO-ICH

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Setorial Campus do Tauarizinho da Unifesspa

Souza, Domingos Cardoso de

Educação do campo: perspectiva da educação especial e inclusiva de pessoas com deficiências; a partir das reflexões realizadas na escola Castro Alves / Domingos Cardoso de Souza;

Orientadora, Maria Neuza da Silva Oliveira. — Marabá: [s. n.], 2019.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Educação do Campo, Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo, Marabá, 2019. 1. Educação inclusiva 2. Educação rural. 3. Educação especial.. Oliveira, I. Maria Neuza da Silva, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Marabá (PA). III. Título

CDD: 22. ed.: 371.9098115

Elaborada por Adriana Barbosa da Costa – CRB-2/391

DEDICATÓRIA

Em especial para meus filhos, Victor, Milena e Itauana, aos sujeitos que nesse período que estive estudando mesmo na subjetividade me conceberam uma nova forma de ver e entender como o mundo é mais simples de ser vivido quando existe coletividade, e uma nova Educação do Campo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, por ter me dado toda força necessária pra suportar os intemperes da vida.

Agradeço a meus pais senhor JOSÉ AUGUSTO DE SOUZA e dona RAIMUNDA CARDOSO DE SOUZA, pelo exemplo de vida e pela força.

Aos meus companheiros de turma e professores por suas contribuições no percurso dessa jornada, em especial ao professor AMINTAS, por sua grande capacidade no que se refere à intelectualidade e comprometimento na construção do conhecimento AGRARIO.

“Não seja intransigente, a natureza é plural!... O igual é diferente e o diferente é igual.”

(Moacir Alves Carneiro)

RESUMO

O presente trabalho discute a inclusão de alunos deficientes físicos e mentais, na escola Castro Alves que é de ensino regular. Traz um breve resgate histórico sobre o debate referentes às deficiências no mundo, No Brasil e no contexto da Educação do Campo. A pesquisadora procurou saber se existem ações/projetos que tragam perspectivas futuras para uma educação especial para alunos deficientes na escola Castro Alves, para tanto, envolvemos docentes, gestores, e pessoas da comunidade, assim como as bases teóricas que nos ancoraram nesse trabalho, foram eles: (SASSAK, 2006), (MAZZOTTA, 2011), (MANTOAN), 2011 (FREIRE, 1978), (ARROYO, 2004), (CALDART, 2007) , (MOLINA. 2004) entre outros, que nos possibilitou apontar que educação inclusiva de qualidade não é algo/tarefa fácil de ser praticada, que há necessidade na criação das ações de todo segmento social nessa empreitada, sejam dos pais de alunos, dos profissionais da educação, das instituições responsáveis pela educação, gestão escolar, e, principalmente, gestão municipal. Procuramos trazer os resultados sendo satisfatórios, considerando a realidade da escola em seus vários aspectos, e ainda mostrando possibilidades que são favoráveis à inclusão, e ainda os desafios de se incluir com qualidade e equidade, buscando assim uma transformação no processo de ensino aprendizagem, bem como na orientação para que haja discussões coletivas sobre a inclusão de deficientes e sua importância.

Palavras-chave: Educação Especial; Educação inclusiva; Educação do Campo; Escola Castro Alves.

Sumário

1. Introdução -----	09
2. Cap. I: inclusão tem história: o que diz a história sobre pessoas portadoras de deficiência-----	15
2.1. Um panorama sobre a história da deficiência no Brasil- -----	18
3.0. Cap. II, Inclusão e deficiência nas escolas do campo; algumas considerações-----	23
3.1. Educação do Campo: história e desafios e organização-----	29
3.2. Educação do Campo: luta e protagonismo -----	33
4. Cap. III: Discursão e perspectivas para uma educação inclusiva, a partir de especificidades na Escola-----	39
4.1. Caracterização da comunidade -----	39
4.2. Caracterização da Escola castro Alves -----	41
4.3. Discursões e resultados da pesquisa -----	44
Considerações finais -----	53
Referencias	
Apêndices	

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho foi elaborado de acordo com as pesquisas de campo e construção de relatórios dos tempos comunidades, e tem o objetivo de verificar se existem ações e práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, assim como infraestrutura e ainda profissionais capacitados para a prática da inclusão dos sujeitos portadores/as de deficiências no contexto escolar e não escolar. O trabalho também tem como objetivo, verificar quais as ações desenvolvidas dentro das práticas pedagógicas na escola municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, para incluir os sujeitos com necessidades especiais, tanto no contexto escolar quanto no contexto da comunidade onde está inserida a escola em questão.

Tal trabalho, foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, localizada na estrada do Rio Preto, Vila São Pedro, na região de Marabá, ela fica a 190 km da sede do município, a escola trabalha com turmas do jardim, 1º ano ao 9º ano do ensino fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), também os programas do governo federal Mais Educação e Programa Mais Alfabetização (PMALFA).

Certamente a Educação no Campo no decorrer do tempo e em seu contexto histórico social, sempre foi e está sendo pautada nas exigências dos indivíduos que veem no campo um grande potencial. Dessa maneira há uma necessidade de levar educação aos que tem na terra o seu sustento, seu desenvolvimento, ou por que não dizer a sua sobrevivência, (ARROYO, 2014).

Alguns movimentos sociais como Movimento Sem Terra (MST), Comissão Pastoral da Terra (CPT) foram responsáveis pela criação da educação do campo, que certamente em conjunto começam a lutar e a brigar, por direitos no campo das políticas públicas que tivessem mais expansão na transformação de sujeitos do campo, sobretudo no que se refere à educação, à saúde e qualidade de vida.

Mas falando em Educação do Campo, com certeza os mesmos movimentos que pensaram uma educação que fosse de significados para o

campo, também defenderiam as questões que são inúmeras a respeito de educação do campo para sujeitos com certos tipos de deficiências, ou seja, a educação para pessoas especiais que também precisa de uma educação especial.

Hoje já exista mudanças significativas em relação outros tempos no atendimento aos deficientes, isso segundo (Mazzotta, 2011, p. 27),

A inclusão da “Educação de deficientes”, da “Educação dos Excepcionais ou da “Educação Especial” ou na política educacional brasileira vem a ocorrer somente no final dos anos 1950 e início da década de 1960 do século XX. (...) e que o atendimento ou iniciativas eram particulares e isoladas anteriormente.

Mesmo assim eles encontravam grande resistência por parte do poder público, portanto esse tipo de atendimento era visto apenas como um subsídio para sujeitos que precisavam do mesmo, e com certeza não era considerado como um conhecimento voltado para alunos com deficiência.

Dentro dos processos de exigência de uma educação específica para alunos especiais, mesmo os movimentos sociais considerados muitas vezes como arruaceiros e desocupados, buscam para condução processual e intuito de mostrar que direitos tem que ser assegurados.

A legislação brasileira que instituiu a educação para todas as pessoas com deficiências diversas, e mais tornar frequente as pesquisas científicas que enfatizem as questões desse trabalho que é inclusão social para pessoas com deficiências, inclusive apoiar as escolas do campo se necessário dando condições as mesmas de dar condições de igualdade para esses sujeitos.

Nesse sentido a Lei de Diretrizes e Base, no artigo 58 classifica:

A educação especial “como modalidade de educação escolar oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais”. E enfatiza que: “Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial”. (BRASIL, 2017, p. 39).

Segundo Cavalcante:

Entender a inclusão não significa apenas cumprir a lei, mas também levar à escola crianças que vivem isoladas de um mundo que só tem a ganhar com sua presença. Além disso, é

fazer com que alunos de salas regulares convivam com a diversidade, sendo esse um dos papéis da escola: praticar a responsabilidade pelo outro. (CAVALCANTE, 2005 p. 43).

Esses fenômenos podem não ser casos isolados, isso porque muitos estudos apontam ainda nos dias atuais, descasos com o aluno deficiente que necessita de uma educação especial para melhorar seu aprendizado, e ter bom aproveitamento na sua vida escolar. Muitos ainda até ficam de fora dos espaços das escolas por negligência do sistema que não se preocupa em dar uma vida social digna a esses alunos deficientes.

Incluir alunos deficientes é responsabilidade que deve ser assumida também em partes, por aqueles que convivem com pessoas/alunos deficientes, ou seja, pais ou responsáveis, compreendendo que os sujeitos deficientes são seres humanos sociáveis, que devem frequentar espaços normais para pessoas considerados normais, com capacidades de se comunicarem com essas outras, com perspectivas de desenvolvimento, com algumas limitações é claro, mas que darão lugar para o aprendizado se bem orientados, bem trabalhados e, acima de tudo, respeitados.

Acreditamos que o respeito ao deficiente, seja o início de inclusão, e esse respeito implica em dizer que, a escola possa oferecer espaços para garantir que ele supere da melhor forma suas limitações, materiais que o ajudem nessa superação, além de profissionais com formação e dedicação específica, onde os tornarão seres humanos com dignidade.

OBJETIVOS:

GERAL:

- Verificar se existem ações e práticas pedagógicas desenvolvidas pela escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, assim como infraestrutura e ainda profissionais capacitados para a prática da inclusão dos sujeitos portadores/as de deficiências no contexto escolar e não escolar.

ESPECÍFICOS:

- Apresentar um breve histórico sobre portadores de deficiências e inclusão deles na sociedade de modo geral;
- Apresentar a escola Castro Alves e suas ações de educação inclusiva para portadores/as de deficiências;
- Fazer uma revisão literária sobre inclusão de portadores/as de deficiências no contexto da educação do campo;
- Problematizar o debate sobre o que é incluir e como a comunidade se insere nesse debate.

JUSTIFICATIVA:

“Queridos pais sentimos muitíssimo por seus filhos serem deficientes, porém não podemos recebê-los, pois não existem vagas”. Essa justificativa é uma das mais recorrentes dentro das escolas com relação ao recebimento de alunos com algum tipo de deficiência.

Esses são fatos que ocorrem dentro das escolas, sejam elas no campo ou na cidade, isso acontece talvez, pelo fato das escolas não possuírem profissionais com formação específica, adequada para acompanhar esses sujeitos. Sujeitos esses que ao longo do tempo já foram tantas vezes penalizados pela sua condição física ou mental, negando assim mais uma vez o direito desses sujeitos de ter equidade com os demais alunos.

Na comunidade de vila São Pedro não é diferente, também existem alguns discentes portadores de deficiências, no sentido de mapear esses alunos, e observar ações existentes tanto dentro da comunidade, principalmente dentro da escola, considerando vários aspectos do que venha ser inclusão. Como a escola não está preparada não só para receber esses alunos com necessidades especiais, mas para dar uma educação de qualidade, o que inclui espaços físicos e materiais didáticos adequados.

Esta pesquisa se justifica pois, procurou saber se dentro da escola existem profissionais preparados para prestação de serviços aos estudantes portadores de deficiências e como ela mobiliza a comunidade, chamando atenção para a

importância desse fato que é a inclusão de pessoas com qualquer tipo de deficiência, no sentido de obter ajuda para melhor desempenhar o seu papel que é oferecer educação de qualidade para deficientes e como o poder público municipal se porta diante desse fato específico que é a educação de pessoas especiais.

PROBLEMÁTICA:

A partir de pesquisas já feitas nos Tempos Espaço localidade - T.E.L na comunidade de vila São Pedro observou-se que há falta de espaços físicos, de profissionais com formação adequada e materiais didáticos para trabalhar com alunos portadores de deficiência.

Tal fato despertou a vontade de se aprofundar essas pesquisas para melhor explicar os motivos pelos quais não se tem desenvolvido ou avançado uma educação abrangente, no que diz respeito à pessoas/alunos com diversos níveis de conhecimentos. A partir dessas reflexões esse trabalho procurou responder a seguinte pergunta de pesquisa:

- Existem ações que são desenvolvidas dentro das práticas pedagógicas da escola Municipal de ensino fundamental Castro Alves assim como na comunidade, voltadas para a inclusão de pessoas com deficiências?

HIPÓTESES

- Faltam ações dentro da escola Castro Alves direcionadas ao atendimento de pessoas com deficiências.
- Escola e comunidade realizam ações voltadas para inclusão de pessoas com deficiência.
- Os pais ou responsáveis de alunos com deficiências conhecem as ações e práticas pedagógicas desenvolvidas na escola e na comunidade voltadas ao atendimento desses sujeitos.

METODOLOGIA:

A pesquisa foi qualitativa, de acordo com (PRODANOV, 2013 p. 69, 70), na pesquisa qualitativa:

Há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e subjetividade

do sujeito que não pode ser traduzido em números [...] tem o ambiente como fonte direta dos dados. Onde o pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão.

Já na pesquisa quantitativa, (PRODANOV, 2013 P. 70) esclarece que:

Tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las. Requer o uso de recursos e de técnicas estatísticas (percentagem, média, moda, mediana, desvio-padrão, coeficiente de correlação, análise de regressão etc.).

A pesquisa contou com alguns entrevistados que foram pessoas da comunidade responsáveis por deficientes que esteja ou não inserido na escola, que identificaremos como responsável I, II e III. Além de entrevistas foi elaborado e aplicado um questionário para os docentes da escola pesquisada, que nomearemos como docente acompanhado de um número, de I até V. Sendo que a entrevista se deu apenas a um docente que nomearemos de docente I, os demais responderam ao questionário.

Tanto as entrevistas quanto o questionário, deram-se para melhorar a qualidade do trabalho de pesquisa fazendo assim com que ele tenha uma objetividade e consiga atender as expectativas, em alcançar os objetivos previamente descritos. Para coletas de dados realizou-se uma seleção de amostra; - coleta e verificação dos dados; - análise e interpretação dos dados; - análises e apresentação dos resultados.

A revisão literária como de praxe também fez parte da metodologia, bem como análise de documentos como o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola onde se desenvolveu a pesquisa, autores e seus clássicos que são de grande relevância fizeram parte da revisão literária desse trabalho, mas certamente será usado como referência para outros trabalhos.

1. CAPITULO I

1.1 INCLUSÃO TEM HISTÓRIA: O QUE DIZ A HISTÓRIA SOBRE PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

Para uma maior compreensão no assunto que é a educação especial, é necessário entender também como eram tratadas às pessoas com alguma deficiência pelas as civilizações mais antigas, que por sua vez levava em consideração os aspectos físicos dos sujeitos, ou melhor, tinha a perfeição do ser humano como algo essencial para a existência de cada um.

Durante o período medieval o mundo deparou-se com um constante crescimento urbano, sem infraestrutura e sem recursos. Dessa forma, as populações viveram por séculos, o receio das epidemias como hanseníase, peste bubônica, difteria e influenza que devastaram a Europa e deixaram grandes sequelas para os sobreviventes. (CORRÊA, 2005 p. 28).

Ainda de acordo com a autora acima citada:

Na era medieval pessoas com deficiência, sempre foram tratadas pela história e sociedade como alguém que não servia para os padrões normais da época, com isso gerava muitos preconceitos pela sociedade, que por sua vez criavam muitos critérios para os sujeitos terem normalidade na sua existência, (CORRÊA, 2005 p. 28).

Segundo (MAZZOTA, 2011):

a própria religião, com toda sua força cultural, ao colocar o homem como “imagem e semelhança de Deus”, ser perfeito, inculcava a ideia da condição humana como incluindo perfeição física e mental. E não sendo “parecidos com Deus”, os portadores de deficiência (ou imperfeições) eram postos à margem da condição humana. (mazzotta, 2011, p. 16).

Como podemos observar ter o deficiente como invisibilizado é consenso social histórico, indicando que socialmente esses sujeitos eram tidos como incapazes, sem valor social, algo que “levou a completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender as necessidades individuais específicas dessa população” (MAZZOTTA, 2011, p. 16, 17).

Foram utilizados variados termos e estigmas na identificação de pessoas com deficiências como cita Sasaki (2016), mongoloide, aleijado, defeituoso, incapacitados, excepcionais, retardados, atrasados, invalido, (GOERGEN, *apud* JANUZZI, 2004, p.1), e durante décadas buscou-se assumir um modelo

de inovação buscando superar os vários tipos de preconceitos (violências) sofridos pelos sujeitos portadores de deficiência mental, que em outras épocas foram denominados de retardado mental, que maldosamente ainda nos tempos atuais usa-se esse termo em meio à sociedade deficiente.

Com o passar do tempo, por volta da década de 1960, foram surgindo novas formas de sociedade, que observaria as pessoas com determinado tipo de deficiência, elas passaram a ser consideradas como “pessoas ou sujeitos excepcionais” ou com talentos especiais que precisavam de cuidados especiais para ser colocados em práticas suas potencialidades. [...] A luta pela defesa dos direitos humanos e civis dos indivíduos com deficiência fundamentou-se na ideologia da normalização, favorecendo tanto o afastamento da pessoa das instituições, como os programas comunitários para o atendimento de suas necessidades Aranha (200, p.14). Aparecem dessa forma as contradições do sistema sócio-político econômico vigente na década de 1960.

Isso criou expectativas de tentativas em atribuir algo positivo aos deficientes no sentido de diminuir ou até mesmo superar os preconceitos ou atitudes preconceituosas, que por muitos anos existiu em meio à sociedade de todos os cantos do mundo, fazendo assim com que os deficientes físicos ou mentais tivessem uma limitação forçada, ou condicionada.

Nos dias atuais, embora se imagine que não possa existir preconceito, ou resistência por parte das instituições educacionais principalmente as do campo na grande maioria, alunos com deficiência não são considerados dignos de educação formal, embora esses sejam percebidos como irmãos participantes da comunidade

Mas para alguns, tornaria a necessidade de criar grupos e instituições que prestariam assistência às pessoas que consigo carregavam algum tipo de anomalia, como já foi enfatizado, fazer com que essas pessoas se tornassem visíveis aos olhos do resto da sociedade, no sentido de ocupar espaço nos locais de trabalho nas escolas, como entre outros.

Em termos gerais, deficientes atualmente, ainda que de forma mais sutil, sofrem muitos preconceitos, ainda são invisíveis aos olhos de muitos da

sociedade atual, isso talvez pelo crescimento populacional no mundo, isso significa que quanto mais cresce a população, há também maior crescimento de pessoas deficientes.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) com dados de 2011, 1 bilhão de pessoas vivem com deficiência - isso significa uma em cada sete pessoas no mundo. A falta de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade dessas pessoas. Isso representa um obstáculo para planejar e implementar políticas de desenvolvimento que melhoram as vidas das pessoas com deficiência.

A Organização das nações Unidas (ONU), alerta ainda que 80% das pessoas que vivem com alguma deficiência residem nos países em desenvolvimento. No total, 150 milhões de crianças (com menos de 18 anos de idade) tem alguma deficiência, segundo o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF).

Ainda segundo o Fundo das Nações Unidas Para a Infância (UNICEF) ter alguma deficiência aumenta o custo de vida em cerca de um terço da renda, em média. Completar a escola primária também é um desafio maior para as crianças com deficiência: enquanto 60% dessas crianças completam essa etapa dos estudos nos países desenvolvidos, apenas 45% (meninos) e 32% (meninas) completam o ensino primário nos países em desenvolvimento. Além disso, mais de 50% das pessoas com deficiência não conseguem pagar por serviços de saúde.

Atualmente, mesmo tendo avançado socialmente e em termos políticos, no que tange a pessoas com algum tipo de deficiências, infelizmente ainda vivem marginalizados, sendo vistos como incapacitados e indignos de se tornarem produtivos, e mesmo nos dias de hoje ainda são tidos como indigentes, coitados.

O fato é lutar por esses deficientes deve ser papel de todos, na organização social, onde todos procurem atender interesses daqueles que historicamente foram ainda são discriminados. Entendendo que a melhor forma

de fazer isso é incluir, sabendo que processo de inclusão não é só integrar pessoas/alunos deficientes nas instituições, é também uma construção de mudanças para a sociedade vigente, entendendo também que inclusão não é uma atividade individual mas, que tem que ser feita coletivamente e por todos.

2.2 UM PANORAMA SOBRE A HISTÓRIA DAS DEFICIÊNCIAS NO BRASIL

Para continuarmos esta reflexão é necessário contar um pouco da história da deficiência no Brasil, até para entendermos como esses deficientes eram atendidos no início, como se dava esse atendimento. Então a partir desse breve histórico chegaremos à situação dos dias atuais dos deficientes nas escolas.

Podemos considerar que a evolução na educação especial foi um marco significativo, sobretudo no aspecto de incluir alunos deficientes. Nas escolas no Brasil, a Educação Especial se deu a partir de 1854, quando se criou uma instituição com o nome de Instituto dos Meninos Cegos que posteriormente se transformou no atual Instituto Benjamin Constat.

Alguns anos depois foi criado o Instituto dos Surdos Mudos (ISM), que mais tarde mudou de nome e atualmente é conhecido como Instituto Nacional de Educação para Surdos-Mudos (INES), deu início a um atendimento adequado para esses sujeitos que anteriormente não tinha a disposição uma educação significativa para seu desenvolvimento.

Isso gerou uma perspectiva que esses sujeitos deficientes pudessem se qualificar, tendo uma educação de qualidade voltada para esse propósito, e em consequência de isso, conquistar espaços tanto no meio social quanto no mercado de trabalho algo que anteriormente parecia impossível.

Toda essa expectativa criada pela sociedade, em acreditar no potencial de pessoas deficientes, pode ter se tornado algo muito importante para esses sujeitos, porém algo de ruim também acontecia em virtude desse apoio popular/social. Deixando assim o governo sem responsabilidade nenhuma no aspecto de integrar esses sujeitos dentro da sociedade.

Para continuar e melhorar o atendimento desses sujeitos, foi criado no Brasil, no século XIX instituições particulares com especialidades de

atendimentos a deficientes mentais, como Instituto Pestalozzi em 1948, que de certa forma marcou o atendimento a pessoas com deficiência que careciam de um atendimento específico. (MAZZOTTA, 2011, p. 32).

Um pouco mais tarde, em 1954 é criada a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, que (MAZZOTTA, 1996 p. 68) diz ser a instituição introdutora da concepção da “ortopedia das escolas auxiliares” europeias. E que tal concepção decorre da incorporação dos conhecimentos das ciências naturais pelas as ciências humanas e da visão estritamente organicistas das deficiências mental.

O mesmo autor ainda assinala o art. 88 da Lei de Diretrizes e Bases LDB/61 e diz que o mesmo pode ser interpretado de várias formas de educação de modo que, não se adaptando ao sistema geral de educação, o deficiente deveria/deve ser enquadrado em um sistema especial de educação, entendendo se que [...] as ações educativas desenvolvidas em situações especiais estariam à margem do sistema escolar ou “sistema geral de educação”.

Quem também assegura, que deficientes tenha total direitos à educação preferencialmente dentro do sistema regular de ensino é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei 4.024/61, porém à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) 5.692/71 da validade para a composição organizacional do ensino especial de 1º e 2º graus de modo que se compare ao sistema de ensino regular.

Fortalecendo mais ainda a educação especial a Constituição Federal de 1988 no parágrafo III assegura para pessoas deficientes o atendimento especializado, em sistemas regulares de ensino. Que também é reforçado por outro documento do governo pela lei 8069/90 que com o intuito de impulsionar e dar reforço as declarações, legislações e decretos legais que referenciam a educação especial. Decidindo que: “os pais ou responsáveis tem a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

Tais transformações no meio social e na educação especial inclusiva, inclusive na esfera internacional, fizeram com impulsionasse as políticas públicas também sofressem mudanças a esse respeito principalmente com

influências de documentos como Declaração de Salamanca que diz: O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, (...) O princípio fundamental é “de que todas as escolas devem acolher todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”, (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 11).

Dessa forma foram formuladas novas políticas públicas no Brasil para o universo da educação especial para sujeitos deficientes, e no ano de 1994 foi reconhecida como Lei a Política Nacional de Educação Inclusiva Especial ajustando-se um método de integração instrucional estabelecendo melhores e novas condições ao acesso as classes comuns de ensino regular aqueles que “(...) de acompanhamento do desenvolvimento das atividades curriculares programada do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (BRASIL, 2004 p. 19)

Quanto à questão de incluir alunos deficientes nas escolas, não é diferente, precisa existir acessibilidade, o que venha ser o início de uma inclusão. Esses alunos precisam se locomover pra que se tornem talvez não totalmente, mas pelo menos parcialmente independentes.

Com relação á deficiência no Brasil nos dias atuais, podemos observar que deficientes ainda sofrem muitos preconceitos, mesmo com todos os documentos, com leis já aprovadas para melhorar a vida deles, o que se pode perceber, há ainda muito desrespeito, é o que mostra uma reportagem do (jornal El Pais Brasil, no dia 05 de agosto 2019).

Devem nos parecer poucos porque tentamos não vê-los. Na realidade, segundo o último censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, (IBGE, 2010), 45 milhões de brasileiros sofrem de algum tipo de deficiência física. Entre eles, pessoas que saem às ruas em cadeiras de rodas para enfrentar, nas grandes cidades, criadas para os “normais”, o calvário de

espaços que não os levam em conta. São os novos párias de uma sociedade que privilegia os saudáveis.

O mundo está cada vez mais agrupado nas grandes cidades de asfalto. O mundo rural está desaparecendo e essas grandes megalópoles parecem pensadas, projetadas e criadas para os carros e os atletas. Aqueles que sofrem de deficiência para se deslocar estão sendo empurrados para um retiro forçado. São os novos excluídos de uma sociedade que prioriza aqueles que produzem, enquanto cria calçadas que são na verdade muros intransponíveis para aqueles que perderam a mobilidade das pernas.

Segundo o Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2010) Em todo o Brasil, apenas 4,7%, das calçadas são acessíveis para pessoas com deficiência física. Em São Paulo, uma cidade que sempre foi sensível aos problemas de mobilidade urbana, apenas 9% das calçadas são acessíveis a essas pessoas, o que significa que 91% não o são.

Essas estatísticas nos leva a crer, que mesmo no Brasil atual, o desrespeito ao deficiente é visível, e que mesmo em uma cidade que se diz preocupar com a mobilidade das pessoas, mostra o tamanho da falta de respeito para com os que dependem da boa vontade de políticos na criação de projetos que contemplem de forma efetiva, que dar condições não só de locomoverem, mas dar condições para seu desenvolvimento em todos os aspectos da sua vida.

Quanto á questão de incluir alunos deficientes nas escolas, não é diferente, precisa existir acessibilidade, o que venha ser o inicio de uma inclusão. Esses alunos precisam se locomover pra que tornem-se talvez não totalmente, mas pelo menos parcialmente independentes.

3- CAPITULO II: INCLUSÃO E DEFICIÊNCIA NAS ESCOLAS DO CAMPO - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.

Na resolução nº 02, de 28 de abril de 2008, das diretrizes complementares para a educação do campo, refere-se aos alunos da educação especial residentes do campo, e esclarece que:

Os sistemas de ensino adotarão providências para que as crianças e os jovens portadores das necessidades especiais, objeto da modalidade de educação especial, residentes no campo, também tenham acesso à educação básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular, (BRASIL, 2008, p. 1).

Nessa forma de pensar o projeto de Lei 8035/2010, no plano nacional de educação para o decênio 2011/2020, na estratégia 4.2, traz a garantia de “implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e rurais”, na estratégia 7.19 garante “a todas as escolas de educação básica; acessibilidade à pessoa com deficiência” (BRASIL, 2010, P. 17, 22).

Podemos ressaltar também a estratégia 7,2, já no sentido de uma crítica, que firma a garantia do “transporte gratuito para todos os estudantes da educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória” (BRASIL, 2010, p. 20).

Quando não se especifica o deslocamento acontecerá somente no espaço do campo, essa dar entender de alguma forma que esses alunos podem se deslocar também do campo para a cidade, o que tornaria prejudicial para eles, devido o longo tempo, dentro do transporte escolar para chegar ao seu destino final.

Buscando melhorar o sistema de educação do campo, no que trata a inclusão de alunos com deficiência, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), hoje extinta, em maio de 2011 publicou um documento que trata de aderir todos os municípios polos do Brasil, objetivando estreitar elos assim como parceria entre esses, em uma ligação ao programa Educação Inclusiva.

O programa, certamente criado para dar maior estrutura e direito à diversidade, assegurando assim a transversalidade das políticas para a educação especial na perspectiva de uma educação inclusiva, capaz de transformar a qualidade do ensino de pessoas com deficiência, em se tratando da educação inclusiva do campo, ou seja, veio para valorizar o campo neste aspecto.

Com a movimentação dos povos do campo, na busca de garantir direito a uma educação completa e de qualidade, com certeza nasce também o desejo de luta por uma educação especial para deficientes, também, e que essa luta produzisse efeito positivo, na busca da educação desejada talvez a tempos pelos povos do campo.

No contexto da educação do campo, a legislação prevê que a inclusão das pessoas deficientes, tem uma singularidade maior do que se imagina, tendo em vista que está voltada a um contexto da realidade dos sujeitos que estão inseridos nas localidades do campo. Esses locais do/no campo precisam ser considerados como locais onde possuem alunos com deficiências, e que esses sujeitos, tem suas culturas, relações sociais e seus modos de vida.

Segundo (ARROYO, 2010) valorizar essas situações é supor com antecipação de que existem origens pedagógicas de educação do campo, as quais precisam ser incluídas nas políticas educacionais ao longo dos anos dos processos escolares. Ainda segundo o autor:

Essas origens incluem o modelo de material desses alunos, pois vinculam a terra como seu meio de vida, e assim trabalham para formar “as identidades, o sujeito ético, o sujeito estético, corpóreo, o sujeito imaginário, os sujeitos de emoções e memória” [...] entretanto em relação com os movimentos sociais que “são pedagogos na medida em que vinculam direitos á educação com direitos básicos. (ARROYO, 2010 p. 50, 52).

Contudo, o que acontece na realidade do campo é muito diferente do que está previsto na legislação. Mesmo tendo indícios de avanços significativos ainda se fala muito pouco de políticas expansivas para significar realmente a implantação de diretrizes que garanta uma educação de direito para os alunos do campo, que venha fortalecer as perspectivas do campo como lugar de construção de saber.

A educação do campo esteve e está sempre aberta a ser reorganizada para o campo da Educação Regular e Especial, isso porque talvez seja fragilizada a ponto de entrar em colapso no momento de ser colocada em prática o que está garantido na legislação.

A crise dentro da educação citada acima, podem ter princípios que foram iniciados historicamente e que vem se arrastando ao longo da história, e é, também ao longo da história, que ela foi se evoluindo dentro dos vários âmbitos ou processos educacionais. Fazendo uma analogia entre educação pública e privada, o trabalho de crianças e adolescentes com a evasão ou desistência deles, educação geral e a especial, o baixo rendimento escolar com os salários dos professores etc.

Contudo vale destacar as várias discursões geradas em função da educação do campo, que seja realmente significativa para o campo, para (ARROYO, MOLINA E CALDART, 2024);

Os processos de formação, educação do povo brasileiro e do campo, passaram a ser objeto de pesquisas nas universidades, objetos de atenção das agências internacionais, dos governos e principalmente dos movimentos sociais (ARROYO, MOLINA e CALDART, 2004 p. 08).

Tais discursões, sobre a Educação do Campo, estão sempre no processo de dialogar sobre as proposições pedagógicas, proposições essas que serão pensadas sempre levando em consideração a realidade do camponês, gerada de uma preocupação de como será a educação que será ofertada as populações moradoras do campo. Assim como a seu crescimento social e como ser humano, “e, sobretudo trata de construir uma educação do povo do campo e não apenas com ele, nem muito menos para ele” (CALDART, 2005 p. 18).

Ainda seguindo a reflexão acima, os autores mencionados dizem que é necessário que se lute por um bem maior em benefícios de muitos que são invisíveis perante o poder público. Nessa luta constante, os movimentos sociais assumem o posto de destaque busca incessante por políticas voltadas para o campo, defendendo a construção de uma sociedade mais igualitária, tanto urbana, quanto rural, (ARROYO, MOLINA E CALDART, 2004).

Os mesmos autores também afirmam que:

Uma política pública que parta dos diferentes sujeitos do campo, do seu contexto, sua cultura e seus valores, sua maneira de e de se relacionar com o tempo, a terra, com o meio ambiente, seus modos de organizar a família, o trabalho,

seus modos de ser mulher, homem, criança, adolescente, jovem, adulto, ou idoso, de seus modos de ser e de se formar como humano. (ARROYO, MOLINA E CALDART, 2004 p. 14,15).

Dessa forma é importante ressaltarmos que uma pedagogia que tenha como objetivo o aprendizado dos sujeitos do campo com sua realidade e especificidade, que reconheça seus valores enquanto pessoa, enquanto comunidade, nos mais variados aspectos como forma de vida. Suas vivências culturais, suas formas de produzir ou lidar com a terra, entre outros, é preciso nascer de movimentos que trabalham com esse público específico que conhece os anseios e enxergam potencialidade nesses sujeitos aqui destacados.

Essa é uma das características da Educação do Campo, adotar princípios que venham fortalecer o campo que trabalhe a educação práticas reais e com o que realmente é preciso para dar suporte para o sujeito que vive e sobrevive no campo melhorar sua vida em todos os aspectos.

No âmbito da Educação Especial, (MAZZOTA, 2003), comenta:

A modalidade de ensino que se caracteriza por um conjunto de recursos e serviços educacionais especiais organizados para apoiar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação formal dos educandos que apresentam necessidades educacionais muito diferentes das da maioria das crianças e de jovens. Tais educandos, também denominados de “excepcionais”, são justamente aqueles que hoje têm sido chamados de “alunos com necessidades especiais. (MAZZOTA, 2003, p. 11).

Pesquisas que vem sendo feitas acerca do que diz respeito à Educação Especial em uma perspectiva inclusiva, tem avançado muito a ponto de dar visibilidade a essa modalidade de educação, principalmente nos últimos anos.

Tais pesquisas podem nos ajudar a entender melhor a forma como os sujeitos com deficiência, sobretudo os do campo, devem ser atendidos levando em consideração suas especificidades e necessidades.

Essa busca por igualdade e acesso à Educação Inclusiva vem intensificando-se ano após ano, na história do nosso país, mesmo assim ainda não se tem avançado como se deseja. No aspecto da educação inclusiva para sujeitos deficientes principalmente os do campo, é preciso continuar a

intensidade desse processo que é a educação inclusiva para esses sujeitos que sempre foram penalizados.

Há varias discursões a respeito dessa educação em conferências e que dão ênfase a uma educação para todos. Mesmo assim, ainda há muitas pessoas no campo que não sabem ler nem escrever, crianças deficientes colocadas nas escolas sem a mínima condição de aprendizagem, por que as escolas não são construídas para esses sujeitos ou pelo menos não são pensadas para eles.

É notório que em algumas escolas não há condições para que os sujeitos portadores de deficiência permaneçam nelas, tendo em vista que essas não possuem profissionais qualificados com formação especificar para atender esses deficientes. Não possuem espaços adequados para fazer com que esses sujeitos sejam recebidos como, por exemplo, uma sala multifuncional com material também adequado para realização das atividades especiais entre outros.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos de discriminação” (art. 3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206 inciso I, estabelece “igualdade de condições de acesso a permanência na escola” como um dos principais para o ensino e garante como dever do estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988, p. 12, 124).

Ideias ainda não legalizadas começaram a ter notoriedade, com isso passou a ser direitos estabelecidos na constituição de 1988, e vários documentos vieram reforçar o que estava escrito na constituição sobre direitos educacionais para todos inclusive para deficientes que precisam de uma educação especial.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) são exemplos de documentos que podem ser citados, assim como a Declaração de Salamanca, que contribui diretamente no incentivo a criar-se políticas públicas educacionais para alunos deficientes que sejam inclusivas.

Só em 1996 seus termos foram sistematizados pela Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDBEN, Lei nº 9.394/96 que diz:

Os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, método, recursos e organização específicos para atender as suas necessidades; assegura a terminalidade específicas aqueles atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superados para a conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação de aprendizado” (art. 24, inciso V) e [...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. (BRASIL, 2018, p. 39).

Várias discursões aconteceram acerca da temática inclusão, discursões essas que geraram várias leis que vieram através de decretos que trazem a sujeitos que tinha consigo um tipo de deficiências e eram invisibilizados. Além do reconhecimento ao acesso à educação especial e inclusiva, uma metodologia de ensino é necessária para o desenvolvimento desses sujeitos.

Ainda nesta linha de reflexão podemos trazer uma citação de documentos do governo:

A escola historicamente se caracterizou pela visão de educação que delimita a escolarização como privilegio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutora de ordem social. A partir do processo de democratização da escola, evidencia-se o paradoxo inclusão/exclusão quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. (BRASIL, 2007, p. 1)

O decreto 6949/2009 que vale aqui ressaltar, contribuiu muito nesse processo de inclusão de alunos deficientes que foi criado com objetivo de:

[...] promover, proteger e assegurar o desfrute pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por parte de todas as pessoas com deficiências e promover o respeito pela sua inerente dignidade. Pessoas com deficiências são aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas. (BRASIL, 2009 p. 8).

A luta dos movimentos sociais também seria por ressignificação do sistema escolar partindo das necessidades desses sujeitos, para uma pedagogia inovada que modifique as estruturas pedagógicas, mas, também culturais, objetivando uma educação ideal para que todos os alunos com deficiências tenham suas especificidades garantidas.

3.1-EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTÓRIA, DESAFIOS E ORGANIZAÇÃO

Neste tópico, tentaremos trazer de forma elaborada a história da educação do campo, história de muita luta travada entre movimentos sociais que acreditam em uma educação emancipadora. O sistema adotado nas escolas do campo que historicamente não tem colaborado com o crescimento social, cultural e mesmo como ser humano, de quem reside no campo.

Segundo (CALDART, 2004 p. 27) “A educação do campo nasceu como uma crítica a educação brasileira particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no campo”, crítica que vem dizer que a educação oferecida no campo não supria os anseios dos povos camponeses como acampados, assentados entre outros.

Tal crítica iria ao encontro o que seria o melhor em termos metodológicos para educação do campo, ou seja, uma educação que fortificasse tanto o campo quanto quem faz parte dele. No sentido de uma organização interna e externa, uma educação que seja capaz de dar maior visibilidade a todos que residem no campo, oportunizando assim os sujeitos que fazem parte do campesinato terem oportunidade de se organizarem em direção de uma luta para terem uma vida digna e com qualidade.

Quando falamos em qualidade de vida entende-se que o campo lugar de sobrevivência de muitos sujeitos, não poderiam de forma alguma ser invisibilizados. Como lhes são negados os direitos de bem-estar, social que são seus por direitos, mas precisava também de qualidade vida para quem tinha no campo seu meio de sobrevivência.

A Educação do Campo surge na dinâmica dos grupos que vivem no campo, por intermédio das suas organizações e de seus movimentos em prol dos direitos dos povos do campo. compreende-se aqui como povo do campo, todos aqueles que

possuem relações direta com a vida no campo: agricultores, familiares, pequenos agricultores, camponeses, trabalhadores rurais, sem-terra, enfim, todos que vivem ou sobrevivem do trabalho no campo. (ARROYO, 2004. p. 103).

É importante frisar que a Educação do Campo quando foi concebida oriunda dos movimentos sociais, pautada para melhorar o ensino das escolas do campo, já tinha consciência que só uma educação voltada realmente para campo, com metodologias diferenciadas, profissionais que valorizasse os povos do campo. No sentido de também colocar seus saberes como conteúdo que levaria maior conhecimento em sala de aula, estariam no caminho certo para uma educação significativa e transformadora.

A educação do campo certamente está vinculada aos processos de lutas travadas na história de sua constituição, considerar tal fato é compreender a educação do campo também como parte constituinte dos vários conhecimentos existentes dentro dessas comunidades onde estão inseridos esses sujeitos deficientes. É importante entender também que a educação do campo não nasceu apenas como um ponto de denuncia ou de práticas vazia, sem uma objetividade maior a ser alcançada.

Apesar da Educação do Campo também nascer em contra ponto a uma educação, que em quase nada contribui para a Ascensão humana dos sujeitos do campo, existe também nesse campo de disputa um confronto de ideias do que venha ser educação de qualidade, que assume a se contrapor a ações que sendo colocadas no âmbito educacional que certamente não condiz com a realidade dos sujeitos do campo.

Certamente o nascimento da educação do campo é um acontecimento histórico no contexto educacional, embora não sendo compreendida por muitos como uma nova forma de fazer educação. Aos poucos esta proposta de educação começa a tomar corpo dentro das universidades que ofertam esse curso, como um movimento que está tomando espaço cada vez maior na tentativa de envolver comunidades que, com seus potenciais humanos estão adentrando e fortalecendo no sentido de ganhar espaço no âmbito das universidades.

A educação do campo vai se tornando cada vez mais real, visível e atuante que se fortalece dentro de uma lógica de luta, que usa ferramentas práticas para concretizar as lutas como projetos para o campo. No campo da educação, que certamente possui ferramentas para munir o campesinato e seus conhecimentos que venha fortalecer não só a produção como também a cultura a linguagem entre outras.

Com essas características, a educação do campo passaria a incomodar muita gente, talvez por que ache que o campo não tem relevância em detrimento a outro local, e não careça de uma educação diferenciada,

No campo da educação do campo, os debates certamente avançaram não da forma que gostaríamos mas teve uma relevante ascensão, pois vem sendo cada vez mais pautada e efetivada por aqueles que gostariam de ver a Educação do Campo forte, a ponto de fazer diferença de forma positiva na vida de todos que residem no campo.

3.2- EDUCAÇÃO DO CAMPO: LUTA E O PROTAGONISMO

Para Caldart (2007) a educação do campo surgiu com as mobilizações de movimentos sociais, para criar políticas de educação para comunidades do campo, e que nasceu também do pacto/cominação dos movimentos Sem Terra, da Reforma Agrária.

E nesse sentido tem um protagonismo impar na criação de uma educação construtora do conhecimento. Uma educação que tenha significado nas vidas dos sujeitos do campo, que tiveram seus direitos negados, inclusive à educação que acreditamos ser algo primordial, importante e necessário para o crescimento intelectual de qualquer sujeito. Sem falar em suas potencialidades invisibilizadas, tendo que viver sempre as margens de tudo, sem ter acesso principalmente a uma educação de qualidade.

Para Caldart, (2007, p. 3):

Os sujeitos que trabalham e vivem do campo e seus processos de formação pelo trabalho, pela produção de cultura, pelas lutas sociais, não tem entrado como parâmetros na construção

da teoria pedagógica e muitas vezes são de modo preconceituoso, e discriminatório.

Povos do campo sempre foram vistos e tratados como um atraso pra sociedade considerada perfeita, sem cultura, sem conhecimento, sem vida, sem direitos, de forma que eram marginalizados pelo um sistema enfiado de “goela abaixo” dessas populações, que deixavam os sem perspectiva de uma vida digna.

A educação do campo veio na contra mão pra dizer que povos do campo são capazes de produzir conhecimentos, são capazes de produzir suas próprias histórias, ou seja, pra dizer que camponeses querem estudar, querem discutir o rumo de suas vidas em pé de igualdades dentro das universidades, deixando a entender sempre que são capazes de auto-organização como classe.

Não restringiremos esse protagonismo apenas aos movimentos, embora reconheçamos que houve um esforço muito grande desses movimentos para a criação e/ou inserção da educação do campo dentro das universidades. Mas existem também outros protagonistas como professores de universidades simpatizantes do movimento, que certamente contribuíram e contribuem muito para a permanência dessa metodologia de ensino, e que merecem serem citados como tal.

No ponto de vista, politicamente falando, não perder esse protagonismo dentro de espaços formais perpassa por todo um campo de discursão, não só do ponto metodológico, mas também no campo da política, desse modo entendemos que há necessidade de intelectuais compenetrado com a causa.

Esses últimos também, podem se tornarem protagonistas, ou já são se levamos em consideração que a educação do campo, criada como uma crítica se contrapondo a uma educação que não valoriza os sujeitos, que necessitam de algo mais. Para ter uma vida reflexiva, esses sujeitos também fazem parte dessa criação histórica, portanto podemos dizer sim, que há protagonismo em todos os sujeitos que de uma forma mais sutil, se empenham para manter esse modelo de educação também no campesinato.

Nesse sentido podemos dizer que o protagonismo pela criação da educação do campo é um protagonismo conjunto, se não fosse assim talvez não houvesse uma consolidação desse processo tão esperado pelos movimentos sociais. E mais ainda pelos povos do campo, embora constituída a duras penas, com muitas batalhas muitas lutas, muitas perdas, perdendo espaço, pois ainda há uma maioria que não simpatiza com essa educação transformadora, emancipadora, capaz de tonar os antes não assistidos em pessoas capazes de reflexões que antes também não se tinha.

Nessa luta todos aqueles que se propuser buscar métodos inovadores no sentido de melhor construir a educação para os povos do campo, tem sim uma parcela de protagonismo. Nessa luta constante, os movimentos sociais assumem o posto de evidência na busca constante por políticas públicas educacionais, que atuem efetivamente no campo, para o campo, defendendo o organismo no sentido de uma educação transformadora que torne e que torne a sociedade mais igualitária, urbana e rural, como dizem Arroyo, Caldart, e Molina (2004).

Vale ressaltar que a pedagogia pautada para educação do campo, tem que dar significado à vida desses sujeitos, e sendo pautadas pelos movimentos sociais. Entendemos como objetivo pra alcançar, e seguido pelos os diversos sujeitos dentro da realidade de cada um, dando reconhecimento também a cada um, quanto as suas formas de vida, as culturas desenvolvidas nas comunidades, como esses sujeitos lidam no trato das terras, entre outras qualidades.

Quando políticas são pensadas por outros sujeitos não conseguem abranger de forma necessária os que estão no campo, principalmente em se tratando de educação inclusiva, ou seja, deixa de fora todo campesinato, isso porque são políticas criadas para o atendimento das especificidades da cidade, com isso cabe ser feita uma leitura mais detalhada de quais são as demandas para o campo.

A educação do campo para ser eficiente, precisa dar conta de organizar trabalho e reestruturar o trabalho como enfatiza (ARROYO):

A Educação do campo, então é uma ação, que vai intervir de forma reflexiva para organizar, buscar, experimentar o trabalho, os tempos, os níveis, de e teorizar qualitativamente os diversos significados e conhecimentos históricos, políticos e culturais do povo do campo, para ir em busca de novas possibilidades, (ARROYO, 2004. p. 102).

Dar organicidade ao conjunto dos camponeses articulados como classe camponesa (campesinato), também é função primordial da educação do campo. Isso no sentido de não deixar um movimento social sem perspectiva de como agir em determinados setores do sistema, que sempre está um passo à frente nas discursões, no que se refere às políticas públicas sociais que interferem diretamente na vida dos sujeitos que estão no campo.

Cabe ressaltar que diversos sujeitos acreditam na educação do campo como uma educação emancipadora, com todos os protagonistas que lutam, buscaram e buscam a cada dia fazer com que essa educação seja reconhecida, respeitada entre os outros cursos. Assim como os direitos das comunidades campesinas, inclusive o das pessoas deficientes que precisam de uma educação especial para se tornar também capaz. Através de luta do combate permanente poderemos chegar aos objetivos, que é tornar essa educação acessível a todos do campo sem exceção, com espaços específicos para receber quem vem de outras localidades.

E nessa perspectiva, a Educação do Campo, nas últimas décadas, vem reivindicando, por meio de movimentos sociais e discursões nacionais uma educação específica para as comunidades e que, de acordo com o art. 28 da LDB 9394/96 (BRASIL, 2001, p. 16), promova às adaptações necessárias as peculiaridades da vida rural, de forma que os conteúdos curriculares e as metodologias atendam as reais necessidades e aos interesses dos alunos da zona rural.

Sabemos que o acesso aos alunos deficientes dentro das instituições de educação, ditas regulares é algo que já existe no Brasil, e tanto a participação quanto à aprendizagem desses deficientes esbarram com velhas formas tradicionais de organização das escolas, onde só está adequada pra receber alunos comuns.

Por isso, a educação especial e a Educação do campo vêm ao longo das últimas décadas, reivindicando uma educação específica e identitária, que considere em sua totalidade os modos de organização, cultura e valores das comunidades do campo (BRASIL, 2001b; CALDART, 2003).

Isso talvez, porque os sujeitos do campo, os ainda mais desfavorecidos em termos assistenciais no aspecto educacional, como os deficientes, já estivessem cansados de esperar do sistema, uma educação para esses sujeitos que os colocassem em pé de igualdade com os demais alunos.

É importante termos uma educação que pudesse dar significados, tanto para os sujeitos, quanto para o lugar que vivem esses sujeitos, talvez numa tentativa de dizer que no campo, deficientes também precisa de educação de qualidade e espaço onde eles possam se desenvolver como outros sujeitos quaisquer.

Com isso, segundo Sasaki (1997), há novas concepções no que se refere a pessoas com deficiências, estão sendo estabelecidas, motivada por uma sociedade que está se adaptando mais a proposição de se incluir pessoas, com isso fazendo esses mesmos tornarem-se pessoas sociais capazes de assumirem seus papéis dentro da comunidade onde vivem.

No campo, assim como na cidade, encontrar alunos deficientes que precise de educação especial para se desenvolver como ser humano social, não é difícil, assim como também não é difícil encontrar alunos deficientes que não estão matriculados nas turmas regulares, e ainda, nem frequentar os espaços com a finalidade de atendê-los.

Há uma grande dificuldade em incluir alunos deficientes, por parte da escola, isso por que a mesma historicamente foi organizada uniforme, sem levar em com conta que não há uma homogeneidade somente no meio social. E que nela há também uma grade diversidade de pensamentos de culturas de saberes e sobre tudo, há deficientes.

Portanto, o intuito da Educação do Campo coordenada pelos movimentos sociais, e dar acessibilidade de introdução dos menos favorecidos

socialmente falando, aos espaços diversos, de modo que possam expressar seus conhecimentos, suas culturas entre outras.

4- capítulo III. DISCURSÕES E PERSPECTIVAS DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DE ESPECIFICIDADES NA ESCOLA CASTRO ALVES¹.

4.1- Caracterização da comunidade

A escola Castro Alves está situada a Vila São Pedro, comunidade pertencente a região de Marabá - PA, localizada a 180 quilômetros da sede do município, o acesso dar-se pela estrada do Rio Preto. Atualmente a Vila São Pedro é composta por uma população de aproximadamente (oitocentos) 800 habitantes subdivididos em trezentas famílias.

Historicamente, a comunidade teve início em 1988 a partir da chegada de (07) famílias das quais destacamos os representantes que são: Raimundo Pereira da Silva- conhecido com Doca; Pedro Cabral- conhecido como Pedro Professor; Manoel Pereira de Sousa- conhecido como Igarapé; Francisco Vital- conhecido como Chico Vital, Osvaldo Branco e o já falecido José Heleno.

Naquele período, não existia transporte via carro ou ônibus de passageiro, assim a locomoção dos moradores era feita através do escoamento das madeiras, ou seja esses moradores tinham que viajar em cima de cargas de madeiras que eram exploradas na região, pelas madeiras Itamarati de propriedade do senhor Cobias, e madeira Madecil de propriedade do grupo zucatelli de Marabá. Ambas chegaram a região em busca de cedro e mogno, árvores que hoje não se encontram mais na região.

As famílias que lá residiram no período de inicialização da comunidade, são migrantes oriundos dos estados do Maranhão e Tocantins, que vieram a procura de terras para trabalhar e assim melhorar sua vida e de seus familiares.

¹ As informações contidas para as análises deste capítulo foram obtidas em documentos oficiais da escola, tais informações foram pesquisadas por alunos do 9º ano, no ano de 2018, com intuito de fazer um levantamento histórico da comunidade. Assim como fazer atualização do número de habitantes da mesma.

No ano de 1989 (mil novecentos e oitenta e nove), chega para essa região um homem conhecido como Edmilson Crente - nome fantasia - que passou a ser responsável pelo transporte de moradores, tanto de quem morava na comunidade quanto quem morava na rota de acesso a Marabá.

O senhor Edimilson Crente, também passou a prestar outros serviços para população, que era trazer mercadorias industrializadas para fazer troca/escambo com os moradores que na época denominados de colonos,

Ainda no mesmo ano de (1989) instalou-se a igreja Assembleia de Deus Missão, coordenada pelo senhor Sidnei Graciano da Silva, que começou o trabalho de evangelização de moradores locais, assim como a igreja católica que simultaneamente também se instalou tendo como coordenador o senhor Doca e sua família, os quais começaram a catequisar residentes da comunidade.

Passaram-se três anos e em 1991, com o aumento populacional iniciava-se as aulas na primeira escola da vila São Pedro, que na época tinha o nome de Luís Carlos Prestes, atendendo alunos de 1ª a 4ª séries do ensino fundamental. Segundo informações de moradores, tal escola funcionava em um pequeno barraco, construído a partir de madeira e palha de coco babaçu, cedido pela igreja católica.

Quanto à origem do nome da vila há uma controvérsia, isso porque alguns moradores acreditam que se originou em homenagem ao primeiro professor da comunidade. Outros dizem ter sido originado em alusão ao apóstolo São Pedro que, aliás, é o padroeiro da localidade, que também é comemorado todos os anos com uma festividade que ocorre sempre nos dias 27,28 e 29 de junho.

Atualmente a vila abriga 06 igrejas, 3 supermercados de médio porte, uma farmácia, uma panificadora, uma sorveteria, duas lanchonetes, alguns bares, duas serrarias, dois postos de combustível, além de duas fabricas de queijos (laticínios), que são responsáveis pela economia local, e que contribuem com regiões vizinhas.

4.2-CARACTERIZAÇÃO DA ESOLA CASTRO ALVES

Localizada no distrito de Vila São Pedro, a 180 quilômetros da sede do município de Marabá, a referida escola atende atualmente 486 alunos, que estão divididas em 21 turmas, nas modalidades jardim I e II, 1º ao 9º ano, Educação de Jovens e Adultos (EJA), nos horários matutino, vespertino e noturno. As turmas estão distribuídas da seguinte maneira: 3 turmas de jardim, 1 do 1º ano, 2 do 2º ano, 2 do 3º ano, 2 do 4º ano, 2 do 5º ano, 2 do 6º ano, 2 do 7º ano, 2 do 8º ano, 1 do 9º ano, uma de (EJA) 1ª e 2ª etapa (multissérie) que corresponde de 1º ao 5º ano, e uma de (EJA) 3ª e 4ª etapa (multissérie) que corresponde de 6º ao 9º ano.

A escola dispõe de 04 salas construídas, 02 de madeiras, além de 05 salas anexas locadas pela prefeitura de Marabá, conta ainda com 02 banheiros 01 adaptado para deficientes, e outro não, cozinha, refeitório, e quadra de esportes.

Quanto aos funcionários, a escola conta com 34 servidores distribuídos da seguinte forma: 09 professores das turmas do jardim ao 5º ano, 7 professores de 6º ao 9º ano e (EJA), 04 agentes de portaria sendo 2 diurnos e 2 noturnos, 8 agentes de serviços gerais, 2 auxiliar de secretaria, uma diretora, uma vice-diretora, uma coordenadora pedagógica e uma orientadora pedagógica.

4.3 DISCURSÕES E RESULTADOS DA PESQUISA

A presente pesquisa procurou contribuir com reflexão baseadas em autores que nos embasaram teoricamente. Além de entrevistas direcionadas a um docente que chamaremos de docente I, à moradores da comunidade, sendo responsáveis ou não por alunos deficientes, que estejam inseridos ou não na instituição escolar. Assim como aplicação de questionário para docentes e gestores da escola M. E. F. Castro Alves.

Questão 01. Sobre a pergunta, para você o que é inclusão de alunos deficientes? A resposta foi:

É algo essencial para abrir espaço para quem tenha alguma deficiência, é oferecer uma aprendizagem para quem precisa de uma educação de qualidade e especial, e sobre tudo fazer o que está escrito na lei, que é colocar todos os alunos deficientes ou não dentro da escola. (Docente - I).

É aquela que abre espaço para todas as crianças incluindo as que apresentam necessidades especiais partindo do direito de todos à educação.
(Docente – II)

Analisando as respostas nos certificamos que ambas chamam atenção para os direitos dos sujeitos, e que eles precisam ser inseridos, e que essa escola tem que ser de qualidade. Estas respostas coadunam com (Mantovan 2011 p. 61), “são espaços educativos que podem transformar pessoas/seres humanos, e levar os mesmos a autonomia”.

Além disso, as respostas também chamam atenção para o que diz a lei, ou seja, certificamos que pelo menos os docentes sabem que há necessidade de incluir dentro das salas de aula esses sujeitos, embora estando a escola adaptada ou não, com profissionais qualificados ou não.

Também é fundamental para o desenvolvimento de alunos com deficiências, que as salas sejam de qualidade, porque ainda segundo a autora:

A sala de aula é o termômetro pelo qual se mede o grau de febre das crises educacionais e é nesse microespaço que as mudanças do ensino verdadeiramente se efetivam ou fracassam. (MANTOVAN, 2011, P. 59).

Isso nos leva a crer que mesmo a escola estando preparada em termos de espaços externos, de nada adiantaria na educação de qualidade de alunos deficientes. E se os microespaços/salas de aula não estiverem adequados para receberem esses sujeitos que são deficientes e precisam de espaços específicos.

Pergunta 09. A escola está se adaptando ou está adaptada para receber alunos deficientes? As respostas foram:

Nós aqui não temos espaços adequados, formação especializada, não temos ajuda de um profissional especializado mesmo que periodicamente na escola, nem pra fazer um diagnóstico com um aluno que por ventura venha a ter uma deficiência qualquer e a gente não saiba lidar, nem o que fazer com esse aluno. (DOCENTE II).

Os espaços que a escola oferece, não tem condições de oferecer nem uma qualidade de aprendizagem para alunos deficientes que precisam de educação especial para se desenvolverem, para aprender o básico que seja, por tanto não podemos fazer milagres,

dizer que incluímos esses alunos e damos conta de oferecer uma educação de qualidade, estamos longe dessa realidade, posso até dizer que com essa política que não nos ajuda em quase nada nessa questão, fica impossível de incluir alunos deficientes como está assegurado na lei”.[...] “Outro fator preponderante na inclusão de alunos na escola, é que a mesma deve ter o mesmo tratamento com ambos, ou seja, tratar os dois com a maior naturalidade possível, uma vez que se quer ter alunos iguais dentro da instituição, este fator pode sim contribuir de forma positiva tanto na educação quanto na adaptação desses alunos deficientes, e isso não é o que acontece. (DOCENTE I).

Fazendo uma análise, podemos afirmar que pra se tornar acessível à escola precisa minimamente estar com seus espaços disponíveis, que sejam adaptados, espaços esses que são primordiais para desenvolver os alunos deficientes na escola, ainda não estão adequados/adaptados para um processo de inclusão que tenha significado, que venha tornar a escola um espaço ideal para incluir.

Ser adaptada talvez seja a primeira condição para uma escola se tornar inclusiva, isso porque, o aluno deficiente, ao contrário dos alunos normais, precisa de atendimento especial, espaços especiais para serem totalmente inclusos dentro da escola. Ao contrário a instituição está fadada ao fracasso no quesito inclusão.

Na questão 05, quando perguntado: é certo alunos com deficiências seja ela qual for, estudar com outros alunos em sala regular? Por quê? As respostas foram essas:

Não, pelo menos na atual condição que a escola se encontra, embora a lei diga que temos que receber sim esses alunos, por que entendo que, pra colocar esses alunos dentro da sala regular com alunos não deficientes, é preciso minimamente de adaptação, acompanhamento profissional pelo menos de vez em quando, materiais específicos, entre muitas outras coisas que não temos. (DOCENTE III)

Sim, porque, a educação é um direito para todos, está na lei, agora se esses alunos vão ter bom aproveitamento, essa é outra questão que temos que ir melhorando aos poucos, sendo que pra isso os responsáveis maiores pela a instituição/escola têm que se preocupar mais, ou seja, dar condições de melhorarmos o atendimento desses alunos deficientes. (DOCENTE IV)

Observando as respostas dos docentes para a pergunta acima, mais uma vez no deparamos com a questão dos direitos de alunos, que conforme a lei, todos têm direito não só de ser inseridos nas escolas, assim como permanecer nela. Tendo uma educação que o torne capaz de se tornar um cidadão com condições mínimas independência.

Questão 09, quando perguntado: se existem profissionais com formação específica para atendimento de alunos deficientes no quadro de docentes da escola as respostas foram:

Não existe nenhum docente na escola com uma formação voltada para o atendimento desses alunos deficientes, talvez por isso a dificuldade seja bem maior para escola atender esses alunos de maneira correta, onde eles sintam-se bem recebidos, e sempre evoluindo em termos educativos, por que quando aparecem esses alunos a gente não sabe lidar, embora a gente saiba que temos que receber, nós ficamos meio perdido. (DOCENTE IV).

Não existe nenhum formado nesse sentido. E também não tem especialista da secretaria que possa está fazendo esse acompanhamento primeiro que a escola é de difícil acesso e a demanda municipal é muito grande. (DOCENTE II).

Entendemos que incluir alunos deficientes, oferecendo qualidade na educação pode ser uma tarefa difícil, principalmente nas condições relatadas acima pelos docentes entrevistados, embora esteja garantida na lei. É preciso criar uma série de ações com objetivos voltados para esse fim, há necessidade de se discutir novos caminhos, novos projetos como afirma (MANTON, 2014):

Discutir e propor alternativas para a consolidação de uma escola inclusiva é direito e dever de todos que acreditam que a escola é o local privilegiado, e muitas vezes único, onde, de fato, os sujeitos de sua própria educação, quaisquer que sejam suas limitações, podem fazer a experiência fundamental, e absolutamente necessária, da cidadania, em toda sua plenitude. (MANTOAN, 2014 p. 80).

Nesse mesmo sentido segundo (SASSAKI, 1999), incluir é possibilitar a construção de uma sociedade nova, transformada. Essa transformação é que poucas pessoas sabem que pode ser possível se cada um fizer sua parte, tanto o poder público, a escola, quanto à família.

O primeiro, que é o poder público, como é responsável pela administração da instituição tem que dar condições para receber esses alunos com qualidade isso em termos de espaços específico, que é construir salas/espços multifuncionais. Fornecer materiais didáticos que contemplem

esses alunos deficientes, e ainda colocar dentro espaços profissionais com formação voltada especificamente para esses sujeitos.

A segunda que é a escola, por ser o espaço que vai desenvolver fazer com esse aluno deficiente se transforme em ser social capaz de conviver com os demais alunos da escola, deixar de ser totalmente limitado e ainda, ter sua dignidade restaurada por meio da educação. Embora estando estabelecida nas bases legais, pelo relato do docente, a questão inclusão, ainda é uma prática distante, é claro que os decretos tem papel importante na fundamentação dessas leis onde dão “direitos” a esses alunos deficientes, só que não têm esses direitos efetivados, e até mesmo pouco reconhecidos.

As discursões acerca da questão inclusão, precisam partir também da comunidade local, onde essa escola está inserida, discursões que podem culminar em ações relevantes na construção de projetos, da busca de soluções para resolver questões que historicamente tem sido tentado, e até os dias de hoje não se tem resolvido, não em condições plenas.

Pergunta 04: Quando perguntado: quais ações estão sendo tomada pela escola sobre o tema inclusão a resposta dada foi:

Nós, quando eu digo nós a escola, precisa de política pública diferenciada para lidar com essa demanda que é a inclusão de alunos deficientes, por aqui a gente faz o que pode, coloca esses alunos dentro das salas, mais não podemos fazer muita coisa por eles, nem dar garantia de desenvolvimento por menor que seja, isso por que nós não temos professores com a formação necessária para dar conta dessas especificidades, por isso não podem desenvolver um trabalho com resultados positivos quando se trata da educação especial para alunos deficientes, a lei diz que temos que garantir essa educação especial de qualidade para esses alunos, mas, infelizmente não temos suporte pra dar conta desse tipo de público (GESTOR I).

Existem alguns programas do Governo Federal, que vem pra escola, como forma de contribuição financeira, e ai a escola não sabe nem o que fazer com o dinheiro, ninguém é orientado pra isso. (GESTOR--II).

Nesse sentido pode-se afirmar que ações políticas destinadas corretamente, são relevantes quando se trata de incluir alunos com deficiências, elas podem de maneira positiva anunciar possibilidades de construção onde pode colocar esses alunos dentro de um projeto de sociedade muito mais justa e com maior igualdade e menos preconceito.

Quanto à comunidade onde a escola está inserida, mas especificamente familiares de pessoas deficientes que precisam de uma educação especial estão alheio à questão integração/inclusão, e quase não tem conhecimento do que venha ser educação inclusiva especial, nem mesmo que esse familiar deficiente tem direitos garantidos por lei a essa educação.

Podemos observar esse detalhe quando um entrevistado, responsável por um deficiente, quando perguntada como o mesmo via a educação para alunos deficientes, se a escola estava garantindo a inclusão de deficientes, o que está previsto por lei? O mesmo responde;

Nem sabia que tinha essa educação especial, ou essa lei, que dar direito pra quem é deficiente, mesmo assim, nem posso dizer que sim nem que não, por que não sei o que diz nessa lei, [...] mas pra que foi criada uma lei pra dar direito de estudo pra quem não aprende nada, por que esses meninos ai que tem essa doença não vai conseguir aprender nada nunca. (RESPONSAVEL, I)

Feita a mesma pergunta para outra mãe de deficiente, e segundo ela:

Nem teria mesmo como levar meu filho para escola, não sei nem se iriam aceitar ele lá, ele é muito agitado, não fica parado em lugar nem um. E outra coisa como que esses professores vão dar aula pra um menino que não escuta, não fala nada. [...] nem sabia se tem direito, que era garantido pra essas pessoas assim, estou sabendo agora, mas acho que ele não se acostumava lá não, ele gosta muito de correr andar por ai, pra ficar dentro de uma sala, acho que não fica não. (RESPONSAVEL, II).

Uma educação, em especial a educação para deficientes, precisa de muitas mãos para ser feita com qualidade, ninguém conseguirá sozinho sem outras pessoas, ou seja, esse é uma tarefa comunitária, onde juntos pensarão em perspectivas metodológicas inclusiva que será a base da inclusão para esses alunos deficientes na escola.

Educação especial ela tem que ser autentica/legitima e só se faz educação autentica se todos estiverem juntos, em comunhão, sobre essa educação Paulo Freire (1978) diz que; “A educação legítima, não é feita de ‘A para B’, ou de ‘A sobre B’, mas de ‘A com B’ mediatizado pelo mundo”. (FREIRE, 1978, p. 47).

Não podemos somente exigir responsabilidade da escola que não está totalmente preparada para incluir com total efetividade alunos deficientes. Muitos menos culpar os professores sem formação para saber lidar com esses

alunos, ou por não ensinar de forma efetiva esse mesmo aluno, aonde vão se desenvolver satisfatoriamente como rege a lei, quando diz que é assegurado por direito colocar deficientes nas salas de aulas e dar as condições para esse desenvolvimento.

A educação especial na escola Castro Alves assim como em qualquer escola, para ser efetiva, é necessário que haja planejamento, execução principalmente políticas

públicas não só por parte da escola, ou dos professores, ou comunidade. Mas de todo sistema responsável pelo bom desenvolvimento da educação especial para deficientes, que precisam ser colocados como igual dentro da sociedade.

Até mesmo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que pouco enfatiza a questão da inclusão de alunos deficientes entende que é necessário ter:

Um planejamento com foco na equidade, que exige um claro compromisso de reverter a situação de exclusão histórica que marginaliza grupos. [...] requer o compromisso com os alunos com deficiência, reconhecendo a necessidade de práticas pedagógicas inclusivas e de diferenciação curricular, conforme estabelecido na Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (BRASIL, Lei nº 13.146/2015 p. 18, 19).

Quando perguntado a docente, como é feito o planejamento das aulas para os deficientes que frequentam a escola, a resposta foi essa:

Simplesmente não há planejamento específico para esses alunos deficientes, usamos o mesmo planejamento para todos, talvez isso aconteça, por que não temos muita prática de ensino para esses alunos, ou talvez nossa formação não nos dar condições de conhecermos as reais necessidades desses alunos. Poderíamos até fazer um planejamento bonito, pra mostrar pras pessoas que aqui se trabalha bem com esses alunos, mas isso não acontecendo, porque fazê-lo, eu penso que seja inútil. (DOCENTE I).

Olha, temos poucos alunos deficientes frequentam à escola, mas, mesmo para esses que estão frequentando, seria preciso um planejamento voltado especificamente para que o atendimento dos mesmos tenha efeito positivo, mas infelizmente não é assim que funciona, esse planejamento não acontece da forma que teria que acontecer, justamente por que não se tem uma ideia concreta de como se planejar para esse público. (DOCENTE V).

Além desse planejamento já citado, que é função da escola, do sistema que rege a educação, é necessário também que haja integração de pessoas empenhada na questão inclusão, como por exemplo: os professores, na busca

de formação/metodologias que ajudem na concretização do ensino aprendizagem para esses deficientes que frequentam a escola, tenha eles qualquer deficiência, as pessoas da comunidade lançar mão pelo menos do conhecimento dos direitos desses alunos, assim terão propriedade para cobrar não só no campo da instituição em questão, mas também em outras instâncias, e sistemas responsáveis na efetivação de políticas públicas voltadas para esse público.

Pergunta 10 - Quando perguntado: se a escola na atual situação é capaz de fazer mudanças, dentro da educação especial para alunos deficientes diz:

Acho pouco provável, se formos pegar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola mesmo em construção, não temos nada que venha contemplar esses sujeitos especificamente, nem uma perspectiva de projetos, nem políticas públicas que venha de encontro com as necessidades de alunos que carecem de uma educação diferenciada, e isso é ruim pra todos, tanto os alunos que vão deixar de se desenvolverem pelo menos o pouco que seja, os professores que não sabem o que fazer com esses alunos, a escola que pode ser taxada de excludente por não fazer o que está pautado na lei, e assim por diante. (Docente III).

Seria muito bom se pudéssemos fazer uma mudança rápida e que surtisse efeitos positivos, mas infelizmente na situação que a escola se encontra não tem possibilidade de se fazer quase nada dentro de educação para alunos deficientes principalmente alunos com deficiência mental. (DOCENTE V)

Não é nosso objetivo principal falar sobre políticas públicas, mas pelas respostas de alguns docentes que a citam, ou afirmam que com políticas públicas voltadas com características para essa temática seria pelo menos o começo da resolução das dificuldades, encontradas por todos no sentido de incluir com qualidade, oferecendo assim uma educação inclusiva e especial efetiva.

Educação especial de qualidade para acontecer na escola precisa da colaboração/junção de todos, principalmente de políticas públicas com projetos que olhe para as dificuldades que a escola enfrenta e precisa sanar para se tornar inclusiva.

Mas pra isso é preciso coletividade, parcerias que desenvolvam projetos que busquem melhorias para a escola, projetos que precisam colocar os sujeitos deficientes em primeiro plano. Assim, escola e docentes estarão

prontos para receber esses alunos e fazer mudanças capazes de transformação na vida deles.

Assim como MST que é decisivo em sua organização, principalmente quando se trata de educação, a comunidade da vila São Pedro também pode e deve se organizar nesse sentido, que é o de melhorar o ensino desses alunos deficientes. Ou seja, primeiro conhecer o que está escrito na lei, depois se mobilizar pra fazer a mesma ser colocada em prática.

Essa mobilização de todos no sentido que é incluir alunos deficientes com qualidade, pode ser uma das possíveis soluções para a fragilidade da inclusão no sistema educacional, quando se trata de incluir com qualidade e equidade na escola Castro Alves.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo que nosso objetivo principal do trabalho converse, reflita e tenha falado do valor e da importância de uma educação que inclua de forma efetiva, crianças/alunos deficientes na escola do campo e ainda no ensino regular, fica evidenciado que os alunos carecem de mais atenção por parte de todo segmento social/educacional.

Nas nossas reflexões fica claro que o quadro real educacional na escola pesquisada, principalmente se tratando de alunos deficientes que necessitam de uma educação especial, mostra muito bem quanto está longe de se atingir um patamar de qualidade e de equidade.

A inclusão de deficientes na escola é um desafio para comunidade, mesmo os que são responsáveis por deficientes acham que esses sujeitos não precisam estar no espaço de uma instituição de ensino tendo elas condições de socialização, de participação, de tomadas de decisão ou de aprendizado que é determinante no desenvolvimento de qualquer ser humano.

Dessa forma, acreditamos que a comunidade de vila São Pedro pode e deve fazer mais por aqueles que já são tão fragilizados socialmente, pertencentes a um grupo social extremamente desacreditado, entendendo que só assim esses sujeitos terão seus direitos garantidos por lei, e com isso ter sua dignidade alcançada.

Para fazer mais, a comunidade além de ter que conhecer os direitos que os deficientes possuem, também é necessário lutar para que esses direitos sejam de fato estabelecidos e praticados na escola, fazer esse debate também é um dever da comunidade.

Entendemos que a educação precisa ser feita por todos, com o mesmo propósito/objetivo. A família, por exemplo, tem papel importantíssimo no momento de inserir e fazer com esse aluno deficiente adentre e permaneça na escola e no ensino regular. Fazendo com que esses sujeitos tenham um desempenho satisfatório, ajudando-os a superarem alguns transtornos como o medo, as dificuldades, que com certeza os mesmo terão.

Entendemos também que a educação é um direito básico para todos, em qualquer sociedade, neste sentido é que refletiremos sobre a importância de se incluir alunos deficientes, seja nas series iniciais, do ensino fundamental, seja nas finais ou até mesmo no ensino médio, e ainda tudo isso no ensino regular, que é um direito já estabelecido na Constituição Federal de 1988.

Analisando as falas dos sujeitos envolvidos nesse trabalho, o que se percebe é que a escola em questão não dispõe nem de salas de recursos multifuncionais. Nem de profissionais formados para atender alunos deficientes, pode ser que exista entre a equipe a vontade de colaboração, de compartilhamento, que os docentes podem ser solidários más nesse sentido pouco podem fazer.

Outro fato que percebemos ao analisar nas entrevistas, é que além de profissionais do quadro docente não terem formação específica para atender esses deficientes, a escola também não conta com acompanhamento de profissionais da área mesmo que seja periodicamente, ao menos para fazer a triagem dos alunos. O que seria fundamental para detectar alunos com pequenas deficiências, além de orientar/ajudar docente com métodos específicos.

Com a precarização da escola em muitos os aspectos, perspectivas para os sujeitos deficientes, ainda é algo distante ou difícil de ser estimada, a ausência de políticas públicas destinada para esse fim, pode ser que inclusão na Escola Castro Alves ainda demore muito para se concretizar.

Porém, analisando algumas respostas, percebemos que a vontade de falar da real situação da escola, assim como uma insatisfação que pode ser o começo da busca por melhoria no sentido de transformar a instituição mais inclusiva.

São várias as dificuldades encontradas na escola, mas, esperamos que o poder público dê mais atenção para instituição melhorando assim a qualidade de atendimento a esses alunos deficientes, que inclusive consiga colocar todos da comunidade dentro das salas de aula, podendo fazer com os tenham uma vida digna.

Em suma, chegamos à conclusão que, inclusão de deficiente na escola pesquisada, assim como em outras instituições, ainda é um desafio muito grande, que a escola sozinha não consegue dar conta, e que é preciso de muitas mãos para que se concretize de fato.

REFERENCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna. **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL, **Constituição Brasileira**, 1988.

BRASIL, **Estatuto da criança e do Adolescente no Brasil**, 1990.

BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**, 1996.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN-** 1961. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 de março 2019.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN**. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/109224/lei-de-diretrizes-e-bases-lei-9394-96>. Acesso: 05 de março de 2019.

BRASIL, **Ministério da Educação. Secretaria da Educação Especial**. Política nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. Decreto 6949/09, 2009.

CALDART, Roseli Salete. **Sobre Educação do Campo**. In: III Seminário do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Luziânia GO, 2007.

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças** In: Nova Escola: a revista do professor. Fundação Victor Civita. N. 182, maio 2005.

FREIRE, P. (1978). **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra..

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores associados 2004.

Montoan, Maria Teresa Eglér, **O desafio das diferenças nas escolas**. (Organizadora). 4. Ed. Petrópolis, RJ : vozes, 2011.

MAZZOTTA. Marcos J. S. **Educação Especial no Brasil: história e políticas pública/** Marco J. S. Mazzotta-6. Ed-São Paulo: cortez, 2011.

MARTINS, Jose de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997

Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo, **HISTÓRIA, DEFICIÊNCIA E EDUCAÇÃO ESPECIAL1**, disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis15/art1_15.pdf acesso em: 17 de agosto de 2019.

UNESCO: **declaração Mundial sobre Educação Para Todos** (conferencia de Jomtien – 1990). pela conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Ed. Rio de Janeiro: 2006.

SITES CONSULTADOS

A ONU e as pessoas com deficiência. Disponível em; <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-com-deficiencia/> acesso em 18/08/2019.

EL PAÍS BRASIL, Os 45 milhões de brasileiros com deficiência física são os novos párias. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/05/08/opinion/1557340319_165119.html. Acessado em 18/08/2019.

Apêndice

Imagens da escola Castro Alves

Fonte: D C S



Fonte: D C S



O questionário abaixo apresentado a docentes, gestores e demais funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental Castro Alves, é parte de uma pesquisa em andamento realizada por Domingos Cardoso de Souza, discente do curso de licenciatura em Educação do Campo, e tem por objetivo observar quais ações inclusivas e/ou perspectivas de inclusão de alunos deficientes existentes na comunidade e na escola.

QUESTIONÁRIO

1 – Para você o que é Inclusão de alunos deficientes?

2 – Qual a importância da Inclusão desses alunos nas Escolas do campo?

3 – Como é abordada na escola questão da Inclusão dos Portadores de Necessidades Especiais?

4-- Quais ações estão sendo tomadas pela escola sobre o referido Tema?

5– É certo alunos com deficiência mental severa estudar com outros alunos em uma sala regular? Por quê? O que a Escola faz com esses alunos?

6– A Escola está se adaptando ou já é adaptada para receber alunos deficientes?

7- A Secretaria de Educação Municipal tem atualmente projetos relacionados à Inclusão desses sujeitos?

8- O que a comunidade, principalmente os pais de alunos deficientes, podem esperar da escola com relação a educação dos mesmos?

9- Existem profissionais com formação específica para o atendimento de alunos deficientes no quadro de docentes da escola?
